

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outro modo)

1. Informações gerais

A Minerva S.A. (Companhia) é uma Companhia de Capital Aberto listada no “Novo Mercado” de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores de São Paulo. As principais atividades da Companhia incluem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas; e exportação de gado vivo.

A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código “BEEF3” e seus American Depositary Receipts (ADRs) nível 1 são negociados no mercado de balcão OTCQX International Premier, segmento da plataforma eletrônica operada pelo OTC Markets Group Inc., nos Estados Unidos.

Controladora

A Companhia tem sua sede social localizada em Barretos (SP), com unidades de produção localizadas em José Bonifácio (SP), Palmeiras de Goiás (GO), Batayporã (MS), Araguaína (TO), Goianésia (GO), Barretos (SP), Campina Verde (MG) e Janaúba (MG). Os centros de distribuição para o mercado interno estão localizados nas cidades de Aparecida de Goiânia (GO), Brasília (DF), Cariacica (ES), São Paulo (SP), Araraquara (SP), Araguaína (TO), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Uberlândia (MG) e Cabo de Santo Agostino (PE).

Em 31 de dezembro de 2016, o parque consolidado industrial da Companhia tinha uma capacidade diária de abate de 17.330 cabeças e de desossa de 3.154 toneladas levando em consideração as seguintes controladas: cinco localizadas no exterior - Pul S/A e Frigorífico Carrasco S/A (ambas no Uruguai-UY), Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S (ambas na Colômbia-CO), a Frigomerc S/A no Paraguai- PY e duas controladas situadas no Brasil-BR- Minerva Alimentos e Mato Grosso Bovinos. Todas as plantas estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 5 Continentes. A unidade fabril de Barretos (SP) conta com uma linha de industrialização de carnes (cubedbeef e roastbeef), principalmente para exportação.

Empresas Controladas

Controladas localizadas no Brasil:

- **Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A:** Localizada em Rolim de Moura no estado de Rondônia (Brasil), opera no abate e processamento de carne bovina para atendimento aos mercado interno e externo;
- **Mato Grosso Bovinos S.A.:** Adquirida em outubro de 2014, contendo duas plantas frigoríficas localizadas nas cidades de Várzea Grande e Mirassol D'Oeste, ambas no estado do Mato Grosso (Brasil). Opera no abate e processamento de carne bovina, com atuação nos mercados interno e externo;
- **Minerva Dawn Farms S.A (Minerva Fine Foods):** Iniciou suas atividades em 2009 estando localizada em Barretos (SP). Produz em diversas escalas e comercializa produtos à base de carne bovina, suína e de frangos e atende à demanda interna e externa no segmento de “Food Services” e, atualmente, aproximadamente 83% de suas vendas são realizadas no mercado doméstico;
- **Cia Sul Americana de Pecuária S.A.:** Iniciou suas atividades em 2014 estando localizada em Barretos (SP), tendo como suas principais atividades, explorar a pecuária e a agropecuária mediante a criação e comercialização de gado vivo, ovino, suíno e outros animais vivos;
- **Intermeat – Assessoria e Comércio Ltda.:** Adquirida no primeiro trimestre de 2016, tem como atividade principal, a prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de comércio exterior, para todo e qualquer ramo de atividade no setor alimentício.
- **Minerva Comercializadora de Energia Ltda.:** Iniciou suas atividades em 2016 estando localizada em São Paulo (SP), tendo como sua principal atividade, comercialização de energia elétrica.

Controladas localizadas no exterior:

- **PUL S.A:** frigorífico adquirido em janeiro de 2011, está localizado na Província de Cerro Largo, próximo à capital Melo, no Uruguai (UY). Opera no abate e desossa, com 86% de suas vendas destinadas ao mercado externo, principalmente os mercados Norte Americano e o Europeu;
- **Frigorífico Carrasco S.A:** frigorífico adquirido em abril de 2014, localizado em Montevideu no Uruguai (UY). Opera no abate, desossa e processamento de carne bovina e ovina, com aproximadamente 70% de suas vendas destinadas ao mercado externo;
- **Lytmer S.A:** Sediada em Montevideu no Uruguai (UY), tem como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo.
- **Friasa S.A:** frigorífico localizado em Assunção no Paraguai (PY) e opera no abate, desossa e processamentos de carnes com atuação nos mercados interno e externo;
- **Frigomerc S.A:** frigorífico adquirido em outubro de 2012, localizado em Assunção no Paraguai (PY). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo;
- **Red Cárnica SAS:** frigorífico adquirido em julho de 2015, localizado em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo;

- **Red Industrial Colombiana SAS:** planta adquirida em julho de 2015 localizada em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO), cujo objeto principal é o de elaboração de produtos para animais, especificamente, farinha de carne/osso, sangue e sebo;
- **Minerva Middle East:** Escritório localizado no Líbano para fins de comercialização e vendas de produtos da Companhia;
- **Minerva Colômbia SAS:** Sediada em Barranquilla na Colômbia tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- **Minerva Live Cattle Export SPA:** Sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- **Minerva Foods Chile SPA:** Sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a comercialização e vendas de produtos da Companhia;
- **Minerva Meats USA.:** Iniciou suas atividades em 2015 estando sediada em Chicago nos Estados Unidos, tendo como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “*trading*”.
- **Minerva Australia Holdings PTY Ltd.:** Iniciou suas atividades em 2016 estando sediada em Brisbane na Austrália, tendo como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “*trading*”.

Transportes de cargas

- **Transminerva Ltda.:** localizada em Barretos (SP) opera no transporte de cargas atendendo à Companhia reduzindo seus gastos de fretes no país.

Empresas de Propósito Específico (EPE) para captação de recursos financeiros:

- **Minerva Overseas I:** localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2006 para emissão de “Bonds” e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 200 milhões ocorrido em janeiro de 2007;
- **Minerva Overseas II:** localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2010 para emissão de “Bonds” e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 250 milhões ocorrido naquela data;
- **Minerva Luxembourg S.A:** localiza-se em Luxemburgo constituída em 2011 para o propósito específico de emissão de “Bonds” e recepção dos recursos financeiros de US\$ 350 milhões e posterior “Retap” de US\$100 milhões ocorridos em fevereiro e março de 2012, respectivamente. Ainda, no 1º trimestre de 2013 a mesma realizou uma operação de “oferta de recompra de títulos” utilizando os recursos financeiros obtidos com a emissão das Notas de 2023 de US\$ 850 milhões com juros de 7,75% ao ano, bem como, procedeu no 3º trimestre de 2014 uma operação de “Retap” das Notas de 2023 de US\$ 200 milhões. Durante o 3º trimestre de 2016 realizou uma oferta de US\$ 1 bilhão com juros de 6,50% ao ano, onde realizou a recompra das notas de 2023 no montante de US\$ 617.874.

Demais Controladas em Fase Pré-operacional

- **Loin Investments Ltda** (captação de recursos financeiros), **Minerva Log S.A** (logística) e **Pulsa Argentina S.A.**

Tais controladas acima citadas compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A participação em cada controlada esta apresentada no quadro a seguir:

	31.12.16	31.12.15
Minerva Industria e Comércio de Alimentos S/A	98,00%	98,00%
Minerva Dawn Farms S/A	100,00%	100,00%
Mato Grosso Bovinos S.A	100,00%	100,00%
Friasa S/A	99,99%	99,99%
Minerva Overseas I	100,00%	100,00%
Minerva Overseas II	100,00%	100,00%
Minerva Middle East	100,00%	100,00%
Transminerva Ltda	100,00%	100,00%
Loin Investments Ltda	-	99,00%
Minerva Log	100,00%	100,00%
Pulsa S.A.	100,00%	100,00%
Frigorífico Carrasco S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Colômbia S.A.S	100,00%	100,00%
Lytmer S.A	100,00%	100,00%
Minerva Luxembourg S.A	100,00%	100,00%
Frigomerc S/A	100,00%	100,00%
Minerva Live Cattle Export Spa	100,00%	100,00%
Minerva Foods Chile Spa	100,00%	100,00%
Cia Sul Americana de Pecuária S.A	100,00%	100,00%
Red Cárnica S.A.S	100,00%	100,00%
Red Industrial Colombiana S.A.S	100,00%	100,00%
Minerva USA LLC	100,00%	100,00%
Intermeat - Assessoria e Comércio Ltda	100,00%	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	-
Minerva Austrália Holdings PTY Ltd	100,00%	-
Pulsa Argentina S.A	100,00%	-

Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2017.

2. Aquisições de participações em empresas (Combinação de negócios)

Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S

Em 20 de fevereiro 2015, a Companhia firmou um documento denominado “Memorando de Entendimento” para aquisição de 100% do capital social da Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S. Em 31 de julho de 2015, a Companhia após a conclusão da “Due Diligence” firmou o contrato de “Compra Venta de Acciones”, passando a deter o controle das referidas empresas a partir daquela data.

A compra foi concretizada pelo valor total COP\$28.540 bilhões (equivalente a R\$ 33.848 em 30 de julho de 2015), seguindo o seguinte cronograma financeiro de pagamentos.

- **1º Parcela** - A vista – COP\$ 17 bilhões: liquidada no ato da aquisição da empresa, ocorrida no dia 24 de agosto de 2015;
- **2º Parcela** – COP\$6.540 bilhões pago em 24 de fevereiro de 2016;
- **3º Parcela** – COP\$ 5 bilhões (R\$5.430 – convertido pela taxa em 31 de dezembro 2016): que será retido e liberado em três datas conforme demonstradas abaixo:
 - COP\$ 1 bilhão (R\$ 1.100 – convertido pela taxa em 24 de agosto 2016):
 - COP\$ 1 bilhão (R\$ 1.086 – convertido pela taxa em 31 de dezembro 2016): com vencimento em agosto de 2017;

- COP\$ 3 bilhões (R\$ 3.258 – convertido pela taxa em 31 de dezembro 2016): com vencimento em 24 de agosto de 2018.

A “Red Cárnica” possui uma capacidade de abate diário de 850 cabeças e de desossa de 75 toneladas:

Apresentamos a seguir o balanço patrimonial (resumido) combinado das empresas Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S em 31 de julho de 2015, elaboradas nos termos do CPC 15 (R1) –Combinação de negócios com base no valor justo (fair value) dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

	Balanço fair value 31/07/2015
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	872
Contas a receber	4.712
Estoques	1.478
Outros valores a receber	1.984
Não circulante	
Tributos diferidos	11.708
Ativo imobilizado	67.715
Ativo total	88.469
	Balanço fair value 31/07/2015
Passivo	
Passivo circulante	
Fornecedores	3.983
Obrigações fiscais e sociais	413
Outras contas a pagar	2.291
Passivo não circulante	
Provisão de contingências	34.852
Passivo total	41.539
Patrimônio líquido	46.930
Patrimônio líquido e passivo	88.469

A seguir apresentamos as contas patrimoniais combinadas da Red Cárnica e Red Industrial Colombiana S.A.S ativas e passivas em que foram impactadas pelo efeito de mensuração ao valor justo (fair value) em 31 de julho de 2015:

ATIVOS IDENTIFICÁVEIS

Em milhares de reais

31/07/2015

Imobilizado - Valor contábil	37.224
Ajuste - Valor justo	30.491
Imobilizado - Valor justo	67.715
Tributos Diferidos	44
Ajuste - Valor justo	11.664
Tributos Diferidos - Valor justo	11.708

PASSÍVOS ASSUMIDOS

Em milhares de reais

Provisão para contingências - Valor Contábil	548
Ajuste - Valor justo	34.304
Provisão para contingências - Valor justo	34.852

Determinação do ganho proveniente de compra vantajosa

Apresentamos, a seguir, o valor do ganho de R\$ 13.082, proveniente de compra vantajosa, que corresponde à diferença entre o valor pago pela aquisição de controle da adquirida em relação ao valor do acervo líquido aferido ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 31 de julho de 2015:

Em milhares de R\$

Patrimônio líquido (fair value) - 31/07/2015	46.930
Ganho proveniente de compra vantajosa	(13.082)
Contraprestação transferida	33.848

O valor do ganho de R\$ 13.082 proveniente de compra vantajosa, acima demonstrado, foi registrado na demonstração de resultado do exercício (individual e consolidada), na data da aquisição, conforme CPC 15 (R1).

3. Base de preparação**Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional de Companhia.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4. Resumo das principais políticas contábeis

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

c) Operações no exterior

As Companhias controladas no exterior adotaram as seguintes moedas funcionais para demonstrações contábeis levantadas, findo em 31 de março de 2016:

- **Moeda Guarani (Paraguai-PY)** - Friasa S.A e Frigomerc S.A.;
- **Moeda Dólar Norte Americano (US\$)** - Pulsa S.A, Frigorífico Carasco S.A, Lytmer S.A.; Minerva Overseas I, Minerva Overseas II, Minerva Meat USA, Minerva USA LLC e Minerva Luxembourg;
- **Peso/Chileno** - Minerva Foods Chile SpA e Minerva Live Cattle Export SPA;
- **Peso/Colombiano** - Minerva Colômbia S.A.S, Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S.
- **Moeda Dólar Australiano** – Minerva Australia Holdings PTY Ltd.
- **Peso/Argentino** – Pulsa Argentina S.A.

Tais informações, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais- R\$ por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real-R\$, na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao patrimônio líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do período/exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte;
- As receitas, custos e despesas do período/exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de “Outros resultados abrangentes” em conformidade com a equação patrimonial; a saber: Ativo menos Passivo total é igual ao valor total do PL.
- Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Companhias do “Grupo Minerva” que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício ou períodos apresentados. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de “outros resultados abrangentes” e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente.

Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

f) Base de consolidação**Combinações de negócio****Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data**

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

i) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir.

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do “Grupo”, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

g) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide nota explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

i) Instrumentos financeiros

Conforme Ofício Circular da CVM nº 03/2009, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros não derivativos

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo;
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos;
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. Primeiramente os rendimentos auferidos decorrentes desses ativos são levados integralmente ao resultado do exercício. Entretanto, os ganhos e perdas decorrentes de avaliação ao valor justo destes ativos são registrados no patrimônio líquido na conta “Outros resultados abrangentes” e levados para o resultado quando da sua realização;
- **Empréstimos e recebíveis:** instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, obrigações trabalhistas e tributárias e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda (Non Deliverable Forward - NDF), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotou por sua opção a política de contabilização pelo método do hedge accounting. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório.

j) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada incerta.

k) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

l) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado “Mark to market - MtM”.

m) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (Deemed Cost).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis média estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o período corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora Ao ano	Consolidado Ao ano
Edifícios	3.20%	2,68%
Máquinas e equipamentos	9.45%	8,96%
Móveis e utensílios	10.01%	8.50%
Veículos	10,69%	11.15%
Hardware	19.70%	19.40%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 22, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

n) Arrendamento mercantil de bens do ativo imobilizado

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, e são depreciados pelo prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

o) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controladas

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

p) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment Test”)

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Ativos não financeiros

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 10,4 % ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício ou período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento.

v) Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e, a Companhia e suas controladas não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

w) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

x) Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

y) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Ativo Biológico e Produto Agrícola. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.

IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 – Income taxes – (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);

- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

z) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas compõem-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Caixa	545	373	1.435	2.907
Bancos conta movimento	632	2.786	961.799	288.200
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.841.824	1.617.982	1.920.720	1.704.601
	1.843.001	1.621.141	2.883.954	1.995.708
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional:				
Certificado depósito bancário - CDB	325.923	362.515	352.453	364.965
Debêntures	74.677	373.248	81.194	376.352
Títulos de capitalização	1.500	1.060	1.500	3.417
Fundo de investimento	-	9.486	565	9.486
Outros ativos financeiros	-	-	78.204	-
	402.100	746.309	513.916	754.220
	2.245.101	2.367.450	3.397.870	2.749.928

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram classificadas conforme suas características e sua intenção como mensurados: (i) pelo valor justo por meio do resultado ou (ii) mantidos até o vencimento e estão demonstrados resumidamente como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	400.600	745.249	512.416	750.455
Mantidos até o vencimento	1.500	1.060	1.500	3.765
	402.100	746.309	513.916	754.220

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Duplicatas a receber - mercado interno	114.981	143.180	386.787	259.500
Duplicatas a receber - mercado externo	102.270	251.365	307.104	524.781
Duplicatas a receber - partes relacionadas	1.075	1.021	-	-
	218.326	395.566	693.891	784.281
(-) Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(19.100)	(17.676)	(19.908)	(18.096)
	199.226	377.890	673.983	766.185

Contas a receber por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
A vencer:	165.343	358.183	544.624	692.780
Vencidas:				
Até 30 dias	19.941	5.512	81.278	36.339
De 31 a 60 dias	7.533	1.762	14.377	12.620
De 61 a 90 dias	653	422	2.859	9.186
De 91 a 180 dias	24.856	29.687	50.753	33.356
	218.326	395.566	693.891	784.281

Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(17.676)	(18.096)
Créditos provisionados	(5.293)	(6.319)
Créditos recuperados	488	1.126
Créditos baixados	1.435	1.435
Variação cambial	1.946	1.946
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(19.100)	(19.908)

A Companhia tem a sua disposição um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para alienação de partes de seus recebíveis do mercado interno, no montante de R\$ 134.906 (em 31 de dezembro de 2015, R\$ 114.258), sem coobrigação ou direito de regresso, sendo R\$29.366 (em 31 de dezembro de 2015, R\$ 26.171) constituídos por cotas subordinadas.

O percentual de participação e o número de cotas no FIDC referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao FIDC.

Conforme Circular CVM nº 01/2017, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e consequentemente, exposição aos riscos advindos da mesma. Desta forma a Companhia está exposta ao risco de Default limitado as suas cotas subordinadas.

Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência, os quais são verificados pelo baixo valor de créditos provisionados, quando comparado com receitas de vendas realizadas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Produtos acabados	221.180	213.191	401.976	386.457
Matérias-primas	-	-	-	4.872
Almoxarifados e materiais secundários	14.406	16.799	52.483	43.419
	235.586	229.990	454.459	434.748

8. Ativos biológicos

A Companhia e suas controladas que possuem atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado “Mark to Market - MtM”, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios.

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebanho	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	146.426	203.353
Aumento devido a aquisições	146.646	347.390
Diminuição devido a vendas	(169.423)	(391.486)
(Diminuição) /Aumentos líquida devida aos nascimentos (mortes)	(493)	(596)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(3.016)	(16.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	120.140	141.706

Em 31 de dezembro de 2016, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 52.632 bois gordos (em 31 de dezembro de 2015 – 76.582 bois gordos).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
PIS - Programa de Integração Social	82.198	79.483	96.272	90.015
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	316.420	326.227	352.150	357.959
Reintegra	1.650	662	2.042	1.054
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	175.747	167.707	185.951	172.295
Imposto de Renda e CSLL	197.654	129.207	206.383	138.692
Crédito Presumido de IPI	16.317	92.198	16.317	92.198
Outros tributos a recuperar	19.387	5.585	128.708	90.149
	809.373	801.069	987.823	942.362
Circulante	613.674	543.287	791.361	678.492
Não circulante	195.699	257.782	196.462	263.870

PIS e a COFINS

Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nos 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Atualmente, a Companhia e suas controladas finalizaram a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil – RFB de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, foram devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil – RFB, o que vem gerando um valor significativo de restituição destes créditos no decorrer dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida à segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 104.904 na controladora e no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato das exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

Do mencionado saldo credor, parte substancial encontra-se em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo dos exercícios de 2017 e 2018. Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totaliza o montante de R\$ 55.096 na controladora e consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

Crédito presumido de IPI

Os Créditos Presumidos de IPI foram ocasionados por conta ressarcimento das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, previstos nas leis n.s 9.363/96 e 10.276/01, decorrentes de aquisição de matérias-primas de bovinos proveniente de Pessoas Físicas e/ou cooperativas.

A Companhia habilitou junto à Receita Federal do Brasil – RFB para compensação/ressarcimento dos referidos créditos.

A Administração da Companhia, com base em estudos técnicos e amparada pela opinião de seus assessores fiscais, entendem que os créditos tributários de PIS, COFINS, ICMS e Crédito Presumido de IPI, registrados no ativo não circulante, devem se realizar até o encerramento do exercício de 2018.

10. Ativos fiscais diferidos

A seguir, apresentamos a movimentação no período dos ativos fiscais diferidos, considerando os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reconhecidos no resultado	Realização do tributos diferidos
IR/CS Diferido sobre Prejuízo fiscal	244.639	16.878	(14.760)
Total ativos fiscais diferidos	244.639	16.878	(14.760)

O ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram reconhecidos em 30 de junho de 2012, 31 de dezembro de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2016 na controladora. O montante acumulado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 246.757. O reconhecimento foi embasado no fato da Administração entender que prováveis lucros tributáveis serão auferidos para que a Companhia possa aproveitar referido benefício fiscal no futuro.

A decisão da Administração da Companhia e de suas controladas para registro dos referidos ativos fiscais diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, baseou-se no plano de negócio e nas projeções orçamentárias e financeiras internas e elaboradas por consultores independentes as quais são objeto, no mínimo anualmente, de revisão.

As projeções dessas realizações apresentaram as seguintes expectativas de realização de referidos tributos (IR e CSLL) diferidos ativos:

	31.12.16 Controladora	31.12.16 Consolidado
2017	16.111	16.111
2018	20.965	20.965
2019	22.246	22.246
2020	31.368	31.368
2021 em diante	156.067	156.067
	246.757	246.757

(*) A Companhia tem expectativa de realizar as diferenças temporárias de IR/CS em no máximo 10 anos.

Destacamos que tais estudos técnicos que embasaram a decisão pelo registro do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, foram devidamente revisados e aprovados em Reuniões do Conselho de Administração.

11. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições a seguir, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

Mútuos a receber	Controladora	
	31.12.16	31.12.15
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (a)	49.479	107.279
Minerva Dawn Farms S.A. (Minerva Fine Foods) (b)	3.405	171.351
Transminerva Ltda (c)	25.068	23.217
Minerva Overseas Ltd (d)	276.299	387.589
Minerva Luxemburgo S.A (e)	42.365	-
Outros (f)	13.293	15.927
	409.909	705.363

- (a) Empréstimo efetuado à Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. para capital de giro;
- (b) Empréstimo efetuado à Minerva Dawn Farms S.A (Atual Minerva Fine Foods) para capital de giro;
- (c) Despesas da controlada Transminerva e capital de giro, a serem reembolsadas;
- (d) Empréstimo efetuado à Minerva Overseas Ltda., a ser reembolsado;
- (e) Empréstimo efetuado à Minerva Luxemburgo S.A, a ser reembolsado; e,
- (f) Outros empréstimos e pagamentos às empresas coligadas à controladora.

Mútuos a pagar	Controladora	
	31.12.16	31.12.15
Minerva Luxemburgo (a)	-	176.825
Minerva Overseas II Ltd (b)	434.220	350.295
Mato Grosso Bovinos (c)	211.402	163.784
Minerva Comercializadora de Energia Ltda (d)	102	-
	645.724	690.904

- (a) Empréstimo efetuado pela Minerva Luxemburgo à controladora;
- (b) Empréstimo efetuado pela Minerva Overseas II à controladora;
- (c) Empréstimo efetuado pela Mato Grosso Bovinos S/A à controladora;
- (d) Empréstimo efetuado pela Minerva Comercializadora de Energia Ltda à controladora

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

Contas a pagar - Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Minerva Dawn Farms S.A.	3.501	3.145	-	-
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	17.478	12.140	-	-
Transminerva	11	64	-	-
Frigomerc	295	5.559	-	-
Mato Grosso Bovinos S.A.	20.038	24.391	-	-
Cia. Sul Americana de Pecuária	14.944	3.321	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	1	-	-	-
Aquisição de outras partes relacionadas	2.031	4.173	3.616	10.482
	58.299	52.793	3.616	10.482

Contas a receber de clientes	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Minerva Dawn Farms S.A.	452	639	-	-
Minerva Ind. e Com. de Alimentos S.A.	168	127	-	-
Pul	38	46	-	-
Transminerva	4	-	-	-
Mato Grosso Bovinos S.A.	413	209	-	-
Receíveis de outras partes relacionadas	15	-	85	-
	1.090	1.021	85	-

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receita de vendas:				
Minerva Dawn Farms S.A.	12.750	33.593	-	-
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	-	10.359	-	-
Mato Grosso Bovinos S.A.	-	35.470	-	-
Pul	9.986	-	-	-
Frigorífico Carrasco S.A.	4.031	-	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	282	-	-	-
Minerva Foods Chile	707	-	-	-
	27.756	79.422	-	-

Compras de carnes:				
Minerva Dawn Farms S.A.	-	19	-	-
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	226.508	76.417	-	-
Cia. Sul Americana de Pecuária	97.538	-	-	-
Pul	7.314	8.727	-	-
Frigomerc	87.644	89.542	-	-
Frigorífico Carrasco S.A.	15.846	20.551	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	1.048	-	-	-
Mato Grosso Bovinos S.A.	309.388	263.092	-	-
	745.286	458.348	-	-

Compras de bovinos:				
Aquisição de outras partes relacionadas	52.475	70.331	95.941	106.249

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de compras e vendas mercantis, realizadas a preços e condições usuais de mercado, quando existentes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram registradas quaisquer Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

12. Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Participação Percentual	Saldo em 31.12.15	Transferências	Redução do valor recuperável de ativo	Ágio	Dividendos	Ajuste de conversão	Aquisição / Baixa de Participação	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.16
Agio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)		538,064	-	(21.904)	217	-	-	-	-	-	516.377
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	98,00%	64,596	-	-	-	(1.915)	-	-	-	8.062	70.743
Minerva Overseas Ltd	100,00%	229,655	-	-	-	-	(61.205)	-	-	2.104	170.554
Minerva Overseas Ltd II	100,00%	325,590	-	-	-	-	(57.118)	-	-	120.947	389.419
Minerva Middle East	100,00%	37	-	-	-	-	-	-	-	-	37
Minerva Log S.A	100,00%	114	-	-	-	-	-	-	-	(59)	55
Minerva Dawn Farms S.A.	100,00%	(176,516)	-	-	-	-	-	-	312.420	(39.694)	96.210
Pulsa S.A	100,00%	186,480	-	-	-	-	(30.276)	-	-	(5.520)	150.684
Loin Investments	99,00%	370	-	-	-	-	-	(425)	-	55	-
Frigomerc S.A.	100,00%	261,364	-	-	-	-	(33.618)	-	-	452	228.198
Minerva Colombia SAS	100,00%	223	(223)	-	-	-	-	-	-	-	-
Frigorífico Carasco S.A.	100,00%	160,774	-	-	-	-	(24.743)	-	-	(27.386)	108.645
Lytmer S.A.	100,00%	-	(10,677)	-	-	-	1.745	-	32,656	398	24.122
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100,00%	26,861	-	-	-	-	-	-	-	(3.234)	23.627
Mato Grosso Bovinos S.A.	100,00%	445,819	-	-	-	(6.256)	-	-	-	26.340	465.903
Minerva Live Cattle Export S.A.	100,00%	2,164	-	-	-	-	(235)	-	-	(571)	1.358
Minerva Meats USA LLC	100,00%	523	-	-	-	-	-	-	-	-	523
Minerva Chile Spa	100,00%	3,206	-	-	-	-	(577)	-	5.045	(1.752)	5.922
Red Carnica SAS	100,00%	78,464	-	-	-	-	(17.727)	-	35.626	(20.101)	76.262
Red Industrial Colombiana SAS	100,00%	7,992	-	-	-	-	(464)	-	-	940	8.468
Intermeat - Assessoria e Comércio Ltda.	100,00%	-	-	-	-	-	-	(22)	1.580	(1.217)	341
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	-	-	-	-	-	-	1.000	29,000	1.039	31.039
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	100,00%	-	-	-	-	-	(159)	3.703	-	(217)	3.327
PUL Argentina S.A	100,00%	-	-	-	-	-	2	56	-	(17)	41
Investimentos		2,155,780	(10,900)	(21.904)	217	(8.171)	(224.375)	4,312	416.327	60.569	2,371.855
Transminerva	100,00%	(22,394)	-	-	-	-	-	-	-	(1,827)	(24.221)
Minerva Luxemburgo	100,00%	(1,300,496)	-	-	-	-	282.276	-	-	85.220	(933.000)
Lytmer	100,00%	(10,677)	10,677	-	-	-	-	-	-	-	-
Friasa S.A.	99,99%	(409)	-	-	-	-	134	-	-	(494)	(769)
Minerva Colombia S.A.S	100,00%	-	223	-	-	-	(277)	-	-	(1.682)	(1.736)
Provisão para perdas em investimnetos		(1,333,976)	10,900	-	-	-	282.133	-	-	81.217	(959.726)
Investimentos líquidos		821,804	-	(21.904)	217	(8.171)	57.758	4,312	416.327	141.786	1.412.129

(*) O saldo do investimento negativo na Minerva Dawn Farms , não está considerando o ágio (goodwill) no montante de R\$166.487, alocados em linha específica.

Em 31 de julho de 2015, a Companhia firmou um “Contrato de “Compra Venta de Acciones”, para aquisição de 100% do capital social das controladas Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S, passando a deter o controle nas duas controladas a partir desta data.

A operação foi concretizada pelo montante de COP\$ 28.540 bilhões (R\$ 32.376 – convertido pela taxa em 31 de dezembro de 2016).

Em 05 de fevereiro de 2016, a Companhia realizou a aquisição da sua controlada Intermeat – Assessoria e Comércio Ltda, passando a deter 100% do capital social desta controlada. A operação foi concretizada pelo montante de US\$50 mil (R\$ 163 mil convertido pela taxa de 31 de dezembro de 2016).

Em 22 de julho de 2016, sua controlada Minerva Australia Holdings Pty Ltd realizou a aquisição de 100% do capital social da empresa IMPT Pty Ltd. A operação foi concretizada pelo montante de AUD 4,0 milhões (R\$9.424 convertido pela taxa de 31 de dezembro de 2016).

Sumário das demonstrações contábeis das controladas, em 31 de dezembro de 2016:

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Minerva Indústria de Alimentos Ltda	98.00%	85.920	112.315	46.233	79.816	72.186
Frigorífico Carrasco S.A.	100.00%	95.916	116.894	91.192	12.973	108.645
Minerva Overseas Ltd.	100.00%	187	672.959	-	502.592	170.554
Minerva Overseas II Ltd.	100.00%	130	1.665.311	-	1.276.023	389.418
Minerva Middle East Ltd.	100.00%	37	-	-	-	37
Red Cárnica SAS	100.00%	71.036	62.777	30.452	27.098	76.263
Minerva Dawn Farms S.A.	100.00%	27.388	90.423	14.381	7.221	96.209
Red Industrial Colombiana SAS	100.00%	1.351	9.077	640	1.320	8.468
Minerva Luxemburgo S.A.	100.00%	954.287	3.658.836	208.101	5.338.021	(932.999)
Friasa S.A.	99.99%	2.071	1.407	4.247	-	(769)
Transminerva Ltda.	100.00%	845	104	74	25.097	(24.222)
Loin Investments Administradora de Carteira Ltda.	100.00%	-	-	-	-	-
Minerva Log S.A.	100.00%	55	-	-	-	55
Lytmer S.A.	100.00%	34.493	7.068	15.060	2.379	24.122
Pulsa S.A.	100.00%	148.755	134.907	93.763	39.215	150.684
Frigomerc S.A.	100.00%	266.484	66.203	94.378	10.111	228.198
Minerva Foods Chile Spa	100.00%	24.240	42.192	16.377	43.650	6.405
Minerva Colombia SAS	100.00%	24.281	13.405	4.645	34.777	(1.736)
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100.00%	66.765	773	43.911	-	23.627
Mato Grosso Bovinos S.A.	100.00%	152.473	401.355	84.705	3.220	465.903
Minerva Live Cattle Export Spa	100.00%	11.970	43.455	11.982	42.084	1.359
Minerva Meats USA LLC	100.00%	524	-	-	-	524
Intermeat - Assessoria e Comércio Ltda.	100.00%	159	-	308	-	(149)
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100.00%	182.047	102	151.111	-	31.038
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	100.00%	18.254	9445	12.307	12.065	3.327
PUL Argentina S.A	100.00%	47	-	7	-	40
Total		2.169.715	7.109.008	923.874	7.457.662	897.187

A seguir, apresentamos o resultado das controladas que tiveram movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31.12.16		31.12.15	
	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) no exercício	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
Minerva Indústria de Alimentos Ltda.	510.915	8.062	496.595	37.095
Frigorífico Matadero Carrasco S.A.	352.519	(27.387)	355.069	(19.811)
Minerva Overseas Ltd	-	2.105	-	8.217
Minerva Overseas II Ltd	-	120.948	-	119.185
Minerva Middle East	-	-	-	-
Red Cárnica SAS	198.972	(20.102)	85.760	17.247
Minerva Dawn Farms S.A.	66.475	(39.694)	80.193	(45.199)
Red Industrial Colombiana SAS	4.306	938	1.225	240
Minerva Luxemburgo S.A.	-	85.219	-	(215.520)
Friasa S.A.	-	(494)	-	(1.802)
Transminerva Ltda.	529	(1.828)	2.708	(3.667)
Loin Investments Administradora de Carteira Ltda.	-	55	-	112
Minerva Log S.A.	-	(59)	-	(85)
Lytmer S.A.	55.966	399	4.494	(6.141)
Pulsa S.A.	550.535	(5.529)	583.259	27.512
Frigomerc S.A.	1.070.718	452	1.015.102	35.327
Minerva Foods Chile Spa	37.522	(1.752)	46.055	9.871
Minerva Colombia SAS	15.249	(1.682)	37.085	(1.092)
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	201.816	(3.234)	12.748	(1.339)
Mato Grosso Bovinos S.A.	886.501	26.339	1.026.531	28.819
Minerva Live Cattle Spa	-	(572)	68.576	1.172
Minerva Meats USA LLC	-	-	-	-
Intermeat - Assessoria e Comércio Ltda.	747	(1.217)	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	252.137	1.038	-	-
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	50.884	(217)	-	-
PUL Argentina S.A	-	(17)	-	-

(*) Todos os valores estão expresso a 100% do resultados das controladas

13. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

Controladora				31.12.16	31.12.15
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	3,20%	645.461	(1204.067)	551.394	431.250
Máquinas e equipamentos	9,45%	595.128	(18.573)	456.555	247.012
Móveis e utensílios	10,01%	6.010	(2.862)	3.148	1.833
Veículos	10,69%	13.942	(5.987)	7.955	8.357
Hardware	19,70%	8.418	(4.039)	4.379	1.415
Terrenos		53.876	-	53.876	53.876
Imobilizações em andamento		371.690	-	371.690	571.273
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
		1.703.007	(275.528)	1.427.479	1.293.498

Consolidado				31.12.16	31.12.15
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2,68%	1.098.612	(166.911)	931.701	847.361
Máquinas e equipamentos	8,96%	987.007	(254.703)	732.304	537.826
Móveis e utensílios	8,50%	12.590	(5.831)	6.759	5.469
Veículos	10,15%	19.775	(9.217)	10.558	11.284
Hardware	19,40%	14.893	(7.785)	7.108	4.466
Terrenos		105.404	-	105.404	112.115
Reflorestamento		2.986	-	2.986	2.573
Imobilizações em andamento		404.644	-	404.644	591.792
Provisão p/ Redução ao Valor Recup. de Ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
		2.624.393	(444.447)	2.179.946	2.091.368

b) Movimentação sumária do imobilizado

Controladora	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andam.	Provisão p/ Redução ao Valor Recup. de Ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2015	431.250	247.012	1.833	8.357	1.415	53.876	571.273	(21.518)	1.293.498
Adições	-	3.216	14	271	105	-	174.351	-	177.957
Transferências	134.949	233.414	1.570	638	3.363	-	(373.934)	-	-
Alienações	(632)	(656)	-	-	-	-	-	-	(1.288)
Depreciação	(14.173)	(26.431)	(269)	(1.311)	(504)	-	-	-	(42.688)
Saldo 31 de dezembro de 2016	551.394	456.555	3.148	7.955	4.379	53.876	371.690	(21.518)	1.427.479

Consolidado	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Reflorest.	Obras em andam.	Provisão p/ Redução ao Valor Recup. de Ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2015	847.361	537.826	5.469	11.284	4.466	112.115	2.573	591.792	(21.518)	2.091.368
Adições	1.211	12.361	458	512	582	152	413	216.863	-	232.552
Incorporação / Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	140.436	255.374	2.048	1.291	3.792	-	-	(402.941)	-	-
Alienações	(680)	(2.607)	(65)	(31)	(96)	-	-	(206)	-	(3.685)
Depreciação	(22.592)	(51.913)	(918)	(2.146)	(1.256)	-	-	-	-	(78.825)
Ajuste de conversão	(34.035)	(18.737)	(233)	(352)	(380)	(6.863)	-	(864)	-	(61.464)
Saldo 31 de dezembro de 2016	931.701	732.304	6.759	10.558	7.108	105.404	2.986	404.644	(21.518)	2.179.946

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: Expansão na planta de Janaúba (MG); Ampliação do abate de Araguaína (TO); Ampliação e expansão na planta da controlada Red Cárnica (COL) e Estruturação e expansão dos Centros de Distribuição.

d) Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, desde 2013 a planta industrial de Goianésia (GO), por questões estratégicas, encontra-se sub utilizada. Desta forma, a análise do valor da planta por geração de caixa foi prejudicada, neste sentido optou-se pela avaliação do valor de venda líquido das despesas de vendas. Com base em avaliação realizada por empresa independente, foi identificado que a referida planta possui um valor superior ao seu valor de realização por venda de R\$ 34.175, sendo R\$ 21.518 de imobilizado e R\$ 12.657 por expectativa por rentabilidade futura, o qual originou o registro de provisão para o valor recuperável.

e) Valores oferecidos em garantia

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 187.521 (R\$ 255.944 em 31 de dezembro de 2015).

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Ágio pago em aquisições	98.094	98.094	605.752	618.105
Direito de uso de Aeronave	1.793	1.793	1.793	1.793
Cessão de Servidão de passagem	250	250	250	250
Software	6.539	4.770	8.334	7.229
	106.676	104.907	616.129	627.377

A movimentação no intangível durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 encontra-se demonstrada a seguir:

	Ágio pago em aquisições	Direito de uso de Aeronave	Controladora		Total
			Cessão de Servidão De passagem	Softwares adquiridos	
Saldo 31 de dezembro de 2015	98.094	1.793	250	4.770	104.907
Aquisição	-	-	-	2.463	2.463
Amortização	-	-	-	(694)	(694)
Saldo 31 de dezembro de 2016	98.094	1.793	250	6.539	106.676

	Ágio pago em aquisições	Direito de uso de Aeronave	Consolidado		Total
			Cessão de Servidão de passagem	Softwares adquiridos	
Saldo 31 de dezembro de 2015	618.105	1.793	250	7.229	627.377
Aquisição	9.551	-	-	2.880	12.431
Amortização (impairment)	-	-	-	(1.542)	(1.542)
Ajuste de conversão	-	-	-	(233)	(233)
Provisão / redução ao valor recup. de ativos	(21.904)	-	-	-	(21.904)
Saldo 31 de dezembro de 2016	605.752	1.793	250	8.334	616.129

A Companhia registra amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro de 2015, as taxas médias de amortização eram de 19,7% e 19,9%, respectivamente.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

	Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
Minerva Dawn Farms (MDF) - (i)	166.487	188.391
Brascasing Industria e Comércio Ltda - (ii)	74.596	74.596
Pulsa S/A - (iii)	61.643	61.643
Frigomerc (iv)	62.126	62.126
Frigorífico Carrasco S.A (v)	47.773	47.773
Mato Grosso Bovinos S/A (vi)	174.278	174.278
Outro(vii)	18.849	9.298
	605.752	618.105

- (i) Em atendimento aos preceitos definidos na Deliberação CVM nº 580/09 – CPC 15 (R1), a Companhia revisou os cálculos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos por ocasião do registro a valor justo da aquisição de mais 30% das ações representativas do capital social da controlada Minerva Dawn Farms - MDF, que se enquadrou como uma “combinação de negócios em estágios”, verificando a necessidade de segregação da mais valia (ágio) apurado no registro inicial (provisório) a valor justo da participação da Companhia na referida operação, no valor total de R\$188.391 (R\$188.391 em 31 de dezembro de 2012), segregando entre ágio por expectativa de rentabilidade futura – R\$98.714, lista de clientes – R\$87.733 e mais valia de ativos de R\$1.944, em atendimento aos demais pronunciamentos, instruções e orientações do CPC. Conforme descrito anteriormente, durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu a participação residual de 20% das ações da MDF que eram detidas pela Dawn Farms, passando a deter 100% do controle da MDF. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 21.904.
- (ii) Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 5% das quotas do capital social da controlada em conjunto, até a data da referida transação, Brascasing Comercial Ltda., passando a deter 55% das quotas representativas do capital social da referida empresa, e consequentemente o seu controle. Por se tratar de uma operação enquadrada como uma “combinação de negócios em estágio”, a Companhia registrou sua participação e a participação dos não controladores, pelo seu valor justo, o que ocasionou o registro de uma mais valia (ágio por expectativa de rentabilidade futura) de R\$93.185. Após a aquisição integral da Empresa, o ágio passou para R\$98.094. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 23.498, decorrente ao excesso de produção/oferta, com a redução do consumo mundial, principalmente desaquecimento pela China e a queda no preço do petróleo, impactando diretamente mercados como da Rússia, um dos principais mercados para seu negócio;
- (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Pulsa S/A, ocorrida em 22 de março de 2011, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$61.643;
- (iv) Durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da Frigomerc S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$58.380. Em 16 de março de 2013 foi elaborado o aditamento ao contrato de compra e venda da Frigomerc S/A, que estabeleceu um complemento a título de Capital de Giro de R\$3.746 (USD1.830 mil), totalizando em 31 de dezembro de 2012 R\$62.126;
- (v) Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Matadero Carrasco S.A (Frigorífico Carrasco S.A), ocorrida em 30 de abril de 2014, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$34.700. Conforme cláusulas do contrato de aquisição foi realizado um acréscimo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$13.073, totalizando um montante de R\$47.773;

(vi) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorporou 100% das ações com direito a voto da Mato Grosso Bovinos S.A, através da troca de 29 milhões de ações ordinárias emitidas pela Companhia (BEEF3), ocorrida em 01 de outubro de 2014 através da realização da AGEs (Assembleia Geral Extraordinária) das duas companhias, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$174.278;

(vii) Durante o 2º trimestre de 2013, a Companhia adquiriu o restante dos 8% das ações da Friasa S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (goodwill) no montante de R\$7.233, totalizando em 30 de junho de 2013 R\$9.298. Durante 1º trimestre de 2016, a Companhia adquiriu 100% do capital social da controlada Intermeat Assessoria e Comércio Ltda, ocorrido em 05 de fevereiro de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 217 mil. Durante o 2º trimestre de 2016, através de sua controlada Minerva Australia Holdings Pty Ltd adquiriu 100% do capital social de sua controlada indireta IMTP Pty Ltd, ocorrido em 22 de julho de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 9.334.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, a planta industrial de Goianésia (GO), empresa anteriormente denominada como “Lord Meat”, por questões estratégicas, encontra-se sub utilizada, conforme nota explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia realizou teste de valor recuperável para todas as suas unidades geradoras de caixa (UGCs), com base no valor em uso. Para todas as UGCs foram considerados 5 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para o início de projeção dos fluxos de caixa (2017). Em decorrência deste teste, a Companhia registrou provisão para perda por impairment para a UGC MFF, no valor de R\$21.904. O valor recuperável desta UGC totalizou R\$271.449 e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, tendo a projeção duração de cinco anos. A taxa de desconto aplicada foi de 10,4% (10,8% em 2015), não tendo sido considerado crescimento na perpetuidade.

O cálculo do valor em uso das UGCs, incluindo a MFF, é mais sensível à premissa da taxa cambial projetada (R\$/USD), em função da exposição das receitas da Companhia ao mercado externo. Para fins de sensibilidade, dentro de uma razoabilidade de mercado, conforme avaliação da Administração, uma queda de 5% na curva da taxa de câmbio, utilizada na projeção do valor em uso, poderia resultar em uma perda por desvalorização da UGC Casing, além de um aumento da perda na MFF, caso a Administração não conseguisse repassar essa queda aos preços dos produtos destas UGCs.

Em 31 de dezembro de 2015, essa UGC “Casing” (anteriormente denominada Brascasing Ind. E Com.Ltda.), registrou uma provisão no valor recuperável no montante de R\$ 23.498, conforme linha da DRE “Redução ao valor recuperável de ativo”, por conta de excesso oferta/produção, com a redução o consumo devido o menor crescimento mundial, principalmente o resfriamento da China e a queda no preço do petróleo, essas quedas impactaram diretamente mercados como a Rússia, um dos principais destinos de sua produção. A partir de 2016 esta UGC vem se expondo menos ao mercado Rússia, devido a abertura de novos mercados, além de modificações na estrutura interna da diretoria, principais motivos pelos quais esta UGC não apresentou necessidade de incremento de provisão para perda por desvalorização em 2016.

Em atendimento aos termos do CPC 1 (R1) - (IAS 36), a Companhia avalia, no mínimo anualmente, a recuperabilidade (impairment) dos seus ativos intangíveis que não possuem vida útil estimada.

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Encargos Financeiros Incidentes	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Debêntures 4ª emissão (1)	CDI + 1,75% a.a.	300.950	300.371	300.950	300.371
Debêntures (1)	Taxa prefixada	-	482.841	-	-
BNDES (1/2/3)	TJLP + Spread	31.053	55.829	31.053	55.829
FINEP (7)	TJLP + Spread	-	-	11.770	19.860
Arrendamento Mercantil (3)	TJLP + 3,5% a.a.	1.586	2.489	1.659	2.604
Cedula de Crédito Bancário (1/2/3/5)	Taxa 8,5% a.a.	544	7.075	544	7.075
Cedula de Crédito Bancário (1/2/3/5)	TJLP + 1,15% a.a.	-	174.441	33.754	211.440
NCE (1/5)	CDI + spread	554.427	365.482	554.427	365.482
Progeren (1)	3,9% a.a. + TJLP	-	4.184	-	4.184
IFC (2/4/6)	CDI + spread	115.779	133.578	115.779	133.578
FIDC	CDI + spread	29.366	26.171	29.366	26.171
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos	CDI + spread	2.319	-	2.319	-
		1.036.024	1.552.461	1.081.621	1.126.594
Moeda Estrangeira (Dólar Americano)					
	Juros de 3,0% a				
	3,6% a.a. +	297.101	510.792	297.101	510.792
	Variação cambial				
ACCs (5)	Juros de 3,60%				
	a.a. + Variação	268.711	368.136	268.711	368.136
	cambial				
NCE (5)	Variação Cambial				
	+ Juros	2.648.567	2.237.840	4.004.241	3.714.354
Senior Unsecured Notes - (5)	Variação Cambial				
	+ Juros de 8,75%	903.359	1.082.334	990.872	1.157.581
	a.a.				
Notas perpétuas (5)	Juros de 2,4% o				
	ano + Libor	29.734	74.584	29.734	74.584
PPE (1)	Variação Cambial				
	+ Juros	188.971	88.799	188.971	215.237
Operação 4131 (5/8)	Variação Cambial				
	+ Juros	-	-	160.076	84.520
Outras Modalidades (5/8)					
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos		(193.624)	(206.776)	(193.624)	(243.831)
		4.142.819	4.155.709	5.746.082	5.881.373
Total dos Empréstimos		5.178.843	5.708.170	6.827.703	7.007.967
Circulante		1.187.894	1.331.584	1.397.051	1.546.514
Não circulante		3.990.949	4.376.586	5.430.652	5.461.453

A Companhia ofereceu as seguintes garantias aos empréstimos captados:

1. Aval/Fiança da controladora VDQ Holdings S.A e/ou aval dos acionistas da VDQ Holdings S.A.;
2. Hipoteca;
3. Alienação de equipamentos;
4. Notas promissórias avalizadas pelas controladas Minerva Alimentos, PUL e Frigomerc;
5. Fiança ou Aval da Companhia;
6. Fiança da controladas Minerva Alimentos, PUL e Frigomerc garantindo a Companhia;
7. Fiança bancária;
8. STLC (Stand by letter of Credit).

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia (controladora) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2016:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Arrendamento	664	18	-	-	-	-	-	-	-	682
BNDES	8.859	8.859	738	-	-	-	-	-	-	18.456
Debêntures	299.043	-	-	-	-	-	-	-	-	299.043
IFC	17.215	17.215	17.215	17.215	17.215	8.607	-	-	-	94.682
NCE	161.675	53.540	-	-	-	-	-	-	-	215.215
Pré Embarque	-	2.103.729	-	-	492.124	-	-	-	782.184	3.378.037
Operação 4131	146.660	-	-	-	-	-	-	-	-	146.660
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos	(5.690)	2.319	-	-	-	-	(77.200)	(81.255)	-	(161.826)
	628.426	2.185.680	17.953	17.215	509.339	8.607	(77.200)	(81.255)	782.184	3.990.949

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo (consolidadas) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2016:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Perpétuo	Total
Arrendamento	696	18	-	-	-	-	-	-	-	-	714
BNDES	8.859	8.859	738	-	-	-	-	-	-	-	18.456
CCB	5.313	5.313	5.313	5.313	6.007	-	-	-	-	-	27.259
Debêntures	299.043	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299.043
FINEP	3.437	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.437
IFC	17.215	17.215	17.215	17.215	17.215	8.607	-	-	-	-	94.682
NCE	161.675	53.540	-	-	-	-	-	-	-	-	215.215
Pré Embarque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação 4131	146.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146.660
Senior Unsecured Notes	-	-	-	-	329.786	712.152	-	-	2.775.352	-	3.817.290
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	969.722	969.722
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos	(5.690)	2.319	-	-	-	-	(77.200)	(81.255)	-	-	(161.826)
	637.208	87.264	23.266	22.528	353.008	720.759	(77.200)	(81.255)	2.775.352	969.722	5.430.652

A seguir detalhamos os principais empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016, bem como destacamos que a mesma cumpriu naquela data com todas as cláusulas contratuais restritivas (covenants) a seguir evidenciadas em cada modalidade de empréstimos e financiamentos:

IFC – International Finance Corporation

Em setembro de 2013, o IFC e a Companhia celebraram um contrato de financiamento com prazo de 10 anos, no montante de R\$ 137.718, desembolsado em 24 de outubro de 2013. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 115.779, cujo, os juros são calculados através do CDI + Spread, pagos semestralmente. A dívida vence em 15 de abril de 2023.

Notes/títulos de dívida no exterior

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, Minerva Overseas Ltd. e Minerva Overseas Ltd II, emitiram títulos de dívida no exterior no montante de US\$ 200.000 mil e US\$250.000 mil, respectivamente. As Notes são garantidas pela Companhia e vencem em 2017 e 2019, respectivamente. Adicionalmente, em fevereiro de 2012, a Companhia efetivou a emissão de US\$350.000 mil em “Notes” no mercado internacional, com vencimento em fevereiro de 2022, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A. (“Emissora”). Ainda relativas à esta operação, a Companhia concluiu em março de 2012 o Re-Tap da operação de notes com vencimento em fevereiro de 2022, no montante de US\$100.000 mil, com o mesmo vencimento em fevereiro de 2022. Em agosto de 2014, a Companhia concluiu o Re-Tap da operação de notes com vencimento em janeiro de 2023, no montante de US\$ 200.000 mil, com o mesmo vencimento em janeiro 2023.

As Notes emitidas pela Minerva Overseas I e II (Bonds 2017 e 2019, respectivamente), pagam cupons semestrais a uma taxa de 9,5% e 10,875% ao ano, e as operações de Notes emitidos pela Minerva Luxembourg (Bonds 2022 e Re-Tap) pagam cupons semestrais a uma taxa de 12,25% ao ano e (Bonds 2023 e Re-Tap) pagam cupons semestrais a uma taxa de 7,75% ao ano. A Companhia prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão.

As Notes (Bond 2022 e Re-Tap) e (Bond 2023 e Re-Tap) não foram registradas de acordo como U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), e não podem ser oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos, exceto em operações registradas de acordo com o Securities Act, ou isentas das exigências de registro.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das Notes são: (i) o não cumprimento das obrigações previstas no confidential offering circular, inclusive no tocante a limitação de divisão de dividendos e alteração do controle societário, conforme mencionado no item (iv) abaixo; e (ii) o não pagamento de qualquer note quando estiver vencida.

As Notes e as debêntures contêm previsão da manutenção de um covenant financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O índice contratual de ambos os instrumentos indica que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: **(I)** "Dívida Líquida" - significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de **(i)** disponibilidades (conforme definido abaixo) e **(ii)** "expurgos" (conforme definido abaixo); **(II)** "Disponibilidades" - significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários"; **(III)** "Expurgos" - significa uma série de exceções, incluindo, mas não limitando à variação cambial desde a emissão do título, ou dívidas permitidas, relacionadas a transações específicas. Em resumo, essas exceções incluem refinanciamentos de dívidas existentes, diante determinadas circunstâncias e captações de divisas para diversas aplicações, algumas das quais para fins específicos, num total de US\$141.000 mil, além disso, todas as despesas relacionadas à variação cambial desde a emissão dos referidos títulos também é considerado para efeito de expurgo; **(IV)** "EBITDA" - significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: **(i)** custo dos serviços prestados, **(ii)** despesas administrativas, somadas de **(a)** despesas de depreciação e amortização, **(b)** resultado financeiro líquido, **(c)** resultado com equivalência patrimonial e **(d)** impostos diretos.

Vale ressaltar, ainda, que os covenants financeiros se referem à permissão ou não para incorrer em novas dívidas, executando-se para tanto, todas as novas dívidas referentes a refinanciamento, além de um montante pré-definido para linhas de capital de giro e investimentos. Os covenants são calculados com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

No processo de emissão das referidas Notes (2022 e Re-Tap), a Companhia incorreu em custos de transação de R\$ 25.735, àquela data, tais custos foram capitalizados em conta redutora do passivo dessas Notes e os mesmos estão sendo amortizado pro rata temporis a partir da data de emissão até o seu vencimento em 2022.

Em 13 de fevereiro de 2013, a Companhia concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) por subsidiárias da Companhia, com vencimentos previstos para 2017, 2019 e 2022. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados: US\$10.685 mil (R\$ 21.017, àquela data) do montante principal das Notas 2017, equivalente a aproximadamente 32% das Notas 2017 em circulação, US\$ 317.976 mil (R\$ 625.459, àquela data) o montante principal das Notas 2019, equivalente a aproximadamente 85% das Notas 2019 em circulação e US\$ 320.137 mil (R\$ 629.709, àquela data) do montante principal das Notas 2022, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2022 em circulação.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 147.064 mil, que são amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2023.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2023 (sobre as quais incidirão juros de 7,75% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia. A aceitação de mais de 75% dos detentores do total das Notas com vencimentos previstos para 2017, 2019 e 2022 no processo de recompra demonstra que a Companhia tem obtido resultados bem-sucedidos na implementação de sua estratégia.

Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia concluiu o processo de cancelamento das Notas que foram recompradas a mercado desde o segundo semestre de 2013, estando registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, quanto na rubrica empréstimos e financiamentos. As Notas canceladas tinham vencimentos previstos para 2019, 2022 e 2023. Foram canceladas: US\$ 6.533 do montante principal das Notas 2019 (R\$ 25.510, àquela data), US\$ 24.355 do montante principal das Notas 2022 (R\$ 95.101, àquela data) e US\$ 181.985 do montante principal das Notas 2023 (R\$ 710.615, àquela data), totalizando um montante de US\$ 212.873 (R\$ 831.226, àquela data).

Em 20 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) pela sua subsidiária Minerva Luxemburgo S.A, com vencimentos previstos para 2023. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$617.874 (R\$ 2.010.562, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2026 (sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 40.143 mil e também ocorreram custos de transação no valor de US\$28.859, totalizando um custo total de US\$69.002, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2026. O passivo relacionado aos Notes, em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações contábeis consolidadas, é de R\$4.004.241 (R\$ 3.714.354 em 31 de dezembro de 2015).

Notas perpétuas

No dia 27 de março de 2014, a Companhia concluiu a emissão de notas perpétuas no mercado internacional no montante de US\$ 300.000 mil, com pagamentos semestrais a uma taxa de 8,75% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A. A emissão das notas teve como objetivo alongar o prazo médio de vencimento da dívida da Companhia e melhorar a estrutura de capital, através da utilização de um instrumento diferenciado de captação, diversificando ainda mais a base de investidores. A liquidação da operação ocorreu no dia 3 de abril de 2014. A Companhia prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão. O passivo relacionado das notas perpétuas, em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações contábeis consolidadas é de R\$ 990.872 (R\$ 1.157.581 em 31 de dezembro de 2015). Essas Notas possuem o mesmo covenants financeiro dos Notes.

FINEP

Em 18 de janeiro de 2010, foi celebrado o Contrato de Financiamento (Código 0210000300) entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (uma divisão do BNDES) e a Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A., cujo valor total foi de R\$57.208. O saldo da dívida consolidada, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$11.770 (R\$19.860 em 31 de dezembro de 2015), sendo que os juros aplicados à taxa de 4,5% ao ano. A dívida vence em 15 de junho de 2018, mas poderá ser objeto de vencimento antecipado se, dentre outras hipóteses: (i) a financiada aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso; (ii) houver a paralisação culposa do projeto objeto do financiamento; ou (iii) ocorrerem outras circunstâncias que, a juízo do FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela financiada das obrigações assumidas no contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento.

Este contrato está garantido por hipotecas sobre certos imóveis da Companhia localizadas em Barretos e Palmeiras de Goiás, além de conter uma fiança por membros da família Vilela de Queiroz.

Financiamento de Equipamentos – BASA

Em 21 de dezembro de 2007 foi celebrado, entre a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. e o Banco da Amazônia S.A., o Contrato Particular no valor de R\$ 53.793, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 representava R\$ 33.754 (R\$36.999 em 31 de dezembro de 2015). Tal dívida vence no prazo máximo de 144 meses contados a partir da formalização da escritura das debêntures. O instrumento de financiamento prevê algumas restrições à financiada, quais sejam: (i) a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. se obrigou a não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e do Banco da Amazônia S.A., excetuando-se (a) os empréstimos para atender os negócios de gestão ordinária da financiada, ou com a finalidade de mera reposição ou substituição material; e (b) os descontos de efeitos comerciais de que a financiada seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços; e (ii) a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos se obrigou a subordinar as mudanças no seu quadro societário à prévia aprovação pela SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A.

i) Grau de subordinação

Em 31 de dezembro de 2016, 2,75% da dívida total da Companhia e suas controladas eram garantidas por garantias reais (3,65% em 31 de dezembro de 2015).

ii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As Notes também possuem cláusulas que limitam à Companhia (i) a novos endividamentos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3.75/1.00 e 3.50/1.00, respectivamente; (ii) a distribuição de dividendos, nesse sentido, o Minerva se compromete a não fazer e a não permitir que suas subsidiárias realizem o pagamento de qualquer distribuição de dividendos ou façam qualquer distribuição de seus juros sobre capital investido mantidos por outros que não o e suas subsidiárias (exceto (a) dividendos ou distribuições pagos em interesses qualificados do Minerva; e (b) dividendos ou distribuições devidos por uma subsidiária, em uma base pro rata ou base mais favorável ao Minerva, (iii) a alteração do controle societário; e (iv) a alienação de ativos, a qual só poderá ser realizada mediante a observância dos requisitos estabelecidos, entre eles no caso de venda de ativos é necessário que o valor da venda seja o valor de mercado.

A CCB emitida em favor do BNDES contém previsão de vencimento antecipado do instrumento no caso de haver a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da cédula de crédito bancário.

A CCB datada em 07 de janeiro de 2009, emitida pela Companhia junto ao Banco da Amazônia S.A., contém cláusulas de vencimento antecipado da dívida no caso de haver a transferência do controle do capital da Companhia sem o prévio e expresse consentimento do credor por escrito.

4º Emissão de debêntures não conversíveis

Em 15 de junho de 2013, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$300.000, com vencimento em 15 de junho de 2018. A oferta foi realizada através de colocação de esforços restritos (CVM Instrução 476). O montante total do principal é de R\$ 300.000 e sua remuneração corresponde à variação acumulada (taxa efetiva) de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,75% a.a. Os recursos foram destinados ao alongamento do perfil das dívidas da Companhia e reforço de seu capital de giro. As debêntures contam com garantia fidejussória e tem como fiadora a VDQ Holdings S.A. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$3.153, que será amortizado integralmente até o exercício de 2018, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2016, o montante é de R\$ 300.950 (R\$ 300.371 em 31 de dezembro de 2015).

Não existem quaisquer prêmios obtidos, bom como cláusulas de repactuação durante o processo da captação das referidas debêntures.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Nacionais	193.699	241.941	581.932	432.735
Estrangeiros	29.957	29.591	39.955	35.596
Partes relacionadas	58.299	52.793	3.616	10.482
	281.955	324.325	625.503	478.813

Fornecedores por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
A vencer:	242.303	311.573	552.588	443.806
Vencidas:				
Até 30 dias	28.492	7.500	42.160	15.134
De 31 a 60 dias	557	1.860	3.543	2.336
De 61 a 90 dias	576	751	851	856
De 91 a 180 dias	10.027	2.641	26.361	16.681
	281.955	324.325	625.503	478.813

17. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Trabalhistas				
Salários e pró-labore	614	2.418	4.154	8.362
Encargos sociais – FGTS e INSS (empregados e terceiros)	7.615	7.690	15.109	16.082
Provisão de férias/13º e encargos	20.090	21.638	39.686	41.725
Outros proventos e encargos	1.848	1.711	3.108	4.294
Total Trabalhista	30.167	33.457	62.057	70.463
Tributárias				
ICMS A RECOLHER	23.817	27.268	25.482	28.047
IRPJ	-	-	5.310	5.589
Contribuição Social sobre Lucro	-	-	1.464	924
Outros tributos e taxas	4.995	6.852	19.842	15.062
Total tributárias	28.812	34.120	52.098	49.622
Total geral	58.979	67.577	114.155	120.085
Circulante	42.003	47.605	97.060	99.843
Não circulante	16.976	19.972	17.095	20.242

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Adiantamentos recebidos (a)	542.016	753.971	580.496	810.772
Valor justo - swap de ações (b)	3.021	-	3.021	-
Dividendos a pagar (c)	48.728	-	48.767	-
Outras provisões operacionais	20.536	33.776	101.831	171.297
Total	614.301	787.747	734.115	982.069
Circulante	614.301	787.747	691.414	918.213
Não circulante	-	-	42.701	63.856

(a) Valores recebidos antecipadamente de clientes da Companhia de acordo com a política de crédito definida pela administração;

- (b) Companhia celebrou junto ao Credit Suisse contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros ('Swap') sobre a variação do preço de suas ações. Tal operação não altera o percentual de ações em circulação da Companhia e não acarretam desembolso de caixa imediato, por se tratar da valorização a valor justo da operação com realização futura.
- (c) O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido do exercício após a constituição da reserva legal, de acordo com a lei 6.404/76.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Adições Temporárias				
Provisões Diversas	39.386	46.963	39.386	46.963
Valor Justo do Ativo Biológico	635.016	471.308	648.223	479.200
Exclusões Temporárias				
Provisões Diversas	(72.686)	(12.662)	(72.686)	(51.083)
Valor Justo do Ativo Biológico	(632.001)	(458.491)	(639.894)	(471.698)
Base de cálculo tributos diferidos	(30.285)	47.118	(24.971)	3.382
IR/CS diferidos - diferença temporária	(10.297)	16.020	(8.490)	1.150
Realização de IR/CS diferidos – diferença temporária	-	-	230	-
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal	2.118	-	2.118	(4.290)
IR/CS diferidos total	(8.179)	16.020	(6.142)	(3.140)

Abaixo, apresentamos a movimentação no período dos passivos fiscais diferidos, relativos a tributos diferidos incidentes sobre reserva de reavaliação, diferenças temporárias e diferenças decorrentes da aplicação das práticas contábeis internacionais - IFRS:

	Controladora			
	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Reconhecidos no resultado	Realização do tributos diferidos	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Tributos sobre reserva de reavaliação	30.124	-	(3.328)	26.796
Tributos s/ ajuste de ativos biológicos	12.803	214.881	(215.906)	11.778
Tributos s/ mais valia em controlada	48.532	-	-	48.532
Outros tributos diferidos	(25.466)	24.713	(13.391)	(14.144)
Total passivos fiscais diferidos	65.993	239.594	(232.625)	72.962

	Consolidado					Saldo em 31 de dezembro de 2016
	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Reconhecidos no resultado	Realização do tributos diferidos	Adoção NIIF - Colombia	Ajuste de conversão	
Tributos sobre reserva de reavaliação	30.124	-	(3.328)	-	-	26.796
Tributos s/ ajuste de ativos biológicos	14.610	210.390	(213.222)	-	-	11.778
Tributos s/ mais valia em controlada	48.532	-	-	-	-	48.532
Outros tributos diferidos	(6.433)	24.713	(13.621)	8.849	(1.942)	(11.566)
Total passivos fiscais diferidos	86.833	235.103	(230.171)	8.849	(1.942)	98.672

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, sejam realizados até o exercício findo em 2020.

a) Corrente - a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Resultado antes dos impostos	236.857	(816.732)	250.580	(745.916)
Adições				
Diferenças temporárias	44.121	46.963	50.065	47.677
Diferenças permanentes	284.957	542.746	285.504	552.534
Realização de diferenças temporárias	(1.543)	(2.293)	(1.664)	(2.662)
Realização da reserva de reavaliação	3.429	3.429	3.429	3.429
Efeitos da adoção inicial de IFRS	1.867.662	1.674.945	1.984.520	1.759.595
Exclusões				
Diferenças temporárias	(8.127)	(10.370)	(9.159)	(11.529)
Diferenças permanentes	(422.219)	(536.245)	(422.219)	(536.245)
Efeitos da adoção inicial de IFRS	(1.860.433)	(1.663.049)	(1.961.303)	(1.777.317)
Base de cálculo dos tributos	144.704	(760.606)	179.753	(710.434)
Prejuízo a compensar	(43.411)	-	(46.888)	(23.817)
Base de cálculo após prejuízo a compensar	101.293	(760.606)	132.865	(734.251)
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda a pagar	(24.692)	-	(37.797)	(39.929)
CSLL a pagar	(9.116)	-	(13.606)	(10.970)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(33.808)	-	(49.403)	(50.899)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dez anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

20. Arrendamentos mercantis

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento financeiro ou operacional.

a) Arrendamento financeiro

As operações de arrendamento financeiro (leasing financeiro) são reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado.

b) Arrendamento operacional

O arrendamento operacional (leasing operacional) permanece com o critério contábil exigido pela Lei societária vigente, ou seja, é reconhecida mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento. A Companhia possui atualmente três contratos de arrendamento operacional, sendo duas plantas localizadas em Assunção no Paraguai através de sua controlada Frigomerc S.A e uma planta localizada em Batayporã/MS.

O demonstrativo de arrendamento mercantil segue:

Bem arrendado	Taxa média ponderada de juros	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Montante da despesa 31.12.16	Montante da despesa 31.12.15
Planta Industrial Brasil	IPCA + 11% @ boi / IGPM	Indeterminado	1.635	1.500
Plantas Industriais Paraguai	Fixo + Variação Cambial	ago/18	6.192	3.928
			7.827	5.428

21. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas, cíveis e ambiental

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Processos	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Provisões para riscos fiscais	1.890	1.890	1.890	1.890
Provisões para reclamações trabalhistas	26.347	13.681	33.547	15.642
Provisões para riscos cíveis	1.496	1.496	1.496	1.496
	29.733	17.067	36.933	19.028

	Controladora		Total
	Ações Trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.681	3.386	17.067
Provisões feitas durante o exercício	12.666	-	12.666
Provisões realizadas durante o exercício	-	-	-
Provisões revertidas durante o exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.347	3.386	29.733

	Consolidado		Total
	Ações Trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.642	3.386	19.028
Provisões feitas durante o exercício	22.267	-	22.267
Provisões realizadas durante o exercício	-	-	-
Provisões revertidas durante o exercício	(4.362)	-	(4.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.547	3.386	36.933

Descrição dos passivos e créditos contingentes por natureza trabalhista, cível e tributária

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas in itinere, adicional de insalubridade e pausa térmica. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 26.347 na controladora e R\$ 33.547 no consolidado, (R\$ 13.681 na controladora e R\$ 15.642 no consolidado, em 31 de dezembro de 2015).

Outros processos (Expectativa de perda possível)

Outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental, no montante de aproximadamente de R\$ 77.139, R\$ 1.663 e R\$ 530, respectivamente, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Trabalhista e previdenciário

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas e Ações Coletivas) e processos previdenciários, no montante de aproximadamente R\$9.421 e R\$11.976, cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Funrural

Em 12 de março de 2003, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Para evitar e perder o direito de exigir a contribuição do Novo Funrural, o INSS emitiu várias notificações fiscais contra a Companhia até a presente data. O montante envolvido nessas notificações, cuja probabilidade é possível de perda é de aproximadamente de R\$ 107.661.

ICMS

A Companhia sofreu notificação fiscal, lavrada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, por suposta omissão de pagamento de ICMS substituição tributária pelas operações realizadas no intervalo de março a outubro de 2005, referente à aquisição de gado bovino, cujo destino posterior foi a transferência para outras filiais da Companhia. O montante envolvido nesta discussão, cuja probabilidade é possível de perda é de aproximadamente de R\$ 34.050.

Multa formal

A companhia sofreu notificação fiscal, lavrada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins, por possíveis falhas nos livros de registros, relacionados às operações realizadas de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. O montante envolvido nesta discussão, cuja a probabilidade é possível de perda é de aproximadamente de R\$ 44.625.

Embarcação – Barcarena/PA

Em 06 de outubro de 2015, o navio que faria a exportação de gado vivo a partir do Porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA, adernou. Ainda que a responsabilidade total pela carga seja da empresa de transporte marítimo contratada, a Companhia teve contra si autos de infração lavrados para apuração de danos ambientais, e se tornou Ré em uma Ação Civil Pública. Em 31 de dezembro de 2016, o montante envolvido nesses autos, cuja a probabilidade é possível de perda, é de aproximadamente R\$32.140.

22. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, está representado pelo montante de R\$134.752 (R\$950.598 em 31 de dezembro de 2015), representados em 31 de dezembro de 2016 por 239.844.659 (191.993.702 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. Durante o exercício de 2016, houve gastos na emissão de novas ações no montante de R\$ 5.898, sendo assim, o saldo na rubrica “Capital Social “ nas demonstrações contábeis é de R\$ 128.854.

Em 25 de maio de 2015, a Companhia realizou uma RCA (Reunião do Conselho de Administração) homologação parcial do aumento de capital com a emissão de 1.700 (Um milhão e setecentas mil) de ações ordinárias, no montante de R\$ 22.950. A homologação parcial do aumento do capital, no âmbito do pagamento da terceira parcela do preço devido pela Companhia em virtude da aquisição de 100% das ações de emissão do Frigorífico Matadero Carrasco S.A, nos termos do contrato de compra e venda celebrado em 18 de março de 2014.

Em 15 de junho de 2015, o Conselho de Administração averbou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 93.492, em decorrência da conversão de 93.492 debêntures, correspondente à totalidade das debêntures em circularização nesta data, ao preço de conversão de R\$ 7,60636 por ação, com a emissão de 12.291.293 ações ordinárias da Companhia.

Em 18 de junho de 2015, o Conselho de Administração encerrou os prazos legais para o exercício do direito de preferência, direito à subscrição das sobras e retratação.

Tento em vista a homologação parcial no dia 25 de maio de 2015, de 1.700 (Um milhão e setecentas) ações ordinárias, no montante de R\$ 22.950, aprovou a homologação do aumento do capital social no valor de R\$ 5, por meio da emissão de 392 ações ordinárias da Companhia, passando o capital social de R\$ 950.593, representativos de 191.993.355, para R\$ 950.598, representativos de 191.993.702 ações ordinárias.

Em 11 de abril de 2016, o Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), homologou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 746.474, com a emissão de 47.850.957 ações ordinárias. Como a homologação, passando o capital social de R\$ 950.598, representativos de 191.993.702, para R\$ 1.697.073, representativos de 239.844.659 ações ordinárias.

Em 29 de abril de 2016, o Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovaram a redução do capital social no montante de R\$ 1.562.321, sem alteração do número de ações emitidas pela Companhia, para a absorção dos prejuízos acumulados, conforme constantes nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com a redução do capital, o capital social da Companhia é de R\$ 134.752, representativos de 239.844.659 de ações ordinárias.

b. Reserva de capital

As reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da companhia em termos de entrega de bens ou prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2016 a reserva de capital da Companhia é de R\$ 294.851 (R\$ 294.851 em 31 de dezembro de 2015).

c. Reserva de reavaliação

A Companhia efetuou reavaliação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado, nos exercícios de 2003 e 2006. Sendo o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 55.556 (R\$ 62.015 em 31 de dezembro de 2015), líquido dos efeitos fiscais.

Conforme comentado anteriormente e em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.638 de 2007, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua completa realização, o que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

d. Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado e exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2016, o montante é de R\$ 9.744.

e. Reserva de lucros

Esta reserva de lucros foi constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos obrigatórios, que terá por finalidade financiar as operações da companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o montante é de R\$ 155.929, correspondente ao saldo da rubrica “Reserva Estatutária” no montante de R\$ 107.802, mais R\$ 9.744 de saldo da “Reserva Legal”, mais R\$ 26.950 de saldo da “Retenção de Lucros Art: 196” e mais R\$ 11.433 de saldo do “Dividendos Adicionais Propostos”.

f. Dividendos adicionais propostos

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 21 de fevereiro de 2017, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais propostos no montante de R\$11.433, sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

g. Retenção de lucros art: 196

A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R\$ 26.950, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia. A aplicação do saldo desta reserva será deliberada “ad referendum” da Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

h. Ações em tesouraria

Em 10 de maio de 2016, de acordo com as disposições dos parágrafos 1 e 2 do artigo 30 da lei n 6.404/76 e das Instruções n 10, n 268 e n 390 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho aprovou aquisição de até 9.988.017 (nove milhões, novecentos e oitenta e oito mil e dezessete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas 10% das 99.880.173 (noventa e nove milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e setenta e três) de ações da Companhia em circulação no mercado, àquela data.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria.

	Quantidade	Montante (R\$)	Custo Médio R\$	Valor médio de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Recompra de ações	4.313.300	43.112		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.313.300	43.112	9,99	12,15

i. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado, ajustado na forma da lei.

j. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme CPC 02 R2/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis intermediárias, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 R1/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 R2 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

23. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (Conselheiros de Administração, Conselho Fiscal e Diretores estatutários da Companhia) no montante de R\$12.289 (R\$8.745 em 31 de dezembro de 2015). Toda a remuneração é de curto prazo, conforme demonstrativo abaixo:

	Membros 2016	31.12.16	31.12.15
Diretoria executiva e Conselho de Administração	20	12.289	8.745
	20	12.289	8.745

Os membros suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

Em caso de rescisão de contrato de trabalho não existem quaisquer benefícios pós-emprego.

24. Informações de segmento

	Segmentos de negócios					
	Boi Vivo		Carne		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receitas Líquidas	263.303	713.991	9.385.367	8.810.806	9.648.670	9.524.797
CPV	(213.074)	(576.677)	(7.550.254)	(7.025.262)	(7.763.328)	(7.601.939)
Despesas Operacionais	(28.177)	(77.070)	(948.275)	(900.538)	(976.452)	(977.608)
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	(21.904)	(23.498)	(21.904)	(23.498)
Resultado Financeiro Líquido	(40.477)	35.689	(595.929)	(1.703.357)	(636.406)	(1.667.668)
Lucro Líquido antes impostos	(18.425)	95.933	269.005	(841.849)	250.580	(745.916)

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente. Os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

A Companhia e suas controladas possuem como principais segmentos de negócios a produção e comercialização de carne in natura, boi vivo e seus derivados.

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receita de venda de produtos - Mercado Interno	2.620.794	2.494.132	3.806.784	3.071.047
Receita de venda de produtos - Mercado Externo	4.105.684	4.229.481	6.456.183	6.988.960
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(482.820)	(443.547)	(614.297)	(535.210)
Receita operacional líquida	6.243.658	6.280.066	9.648.670	9.524.797

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receitas Financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	112.908	77.695	142.466	105.725
	112.908	77.695	142.466	105.725
Despesas Financeiras:				
Juros com financiamentos	(605.776)	(579.845)	(831.976)	(792.512)
Outras despesas/receitas financeiras	(950.297)	57.062	(583.702)	145.817
	(1.556.073)	(522.783)	(1.415.678)	(646.695)
Variação Cambial Líquida	657.622	(1.168.518)	636.806	(1.126.698)
Resultado financeiro líquido	(785.543)	(1.613.606)	(636.406)	(1.667.668)

27. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro (prejuízo) básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

Básico	31.12.16	31.12.15
Lucro / (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	194.870	(800.712)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas – milhares	239.845	191.994
Média ponderada das ações em tesouraria	(4.313)	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação – milhares	235.532	191.994
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	0,82736	(4,17051)

b) Lucro (prejuízo) básico diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: debêntures mandatoriamente conversíveis:

Diluído	31.12.16	31.12.15
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	194.870	(800.712)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	235.532	191.994
Ajuste por conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis	-	-
Ajuste por opções de compra de ações – milhares	-	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação – milhares	235.532	191.994
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	0,82736	(4,17051)

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco. Adicionalmente, a Companhia também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Diretoria executiva e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do VaR (Value at Risk) e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia.

Vale ressaltar que a Companhia não se utiliza de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira.

a. Política das Operações de Hedge da Tesouraria

A execução da gestão da política de hedge da Companhia é de responsabilidade da Diretoria de Tesouraria e segue as decisões tomadas pelo Comitê de Riscos, o qual é composto por membros da Diretoria Executiva da Companhia e colaboradores.

A supervisão e o monitoramento do cumprimento das diretrizes traçadas pela política de hedge são de responsabilidade da Gerência Executiva de Riscos subordinada à Presidência e ao Comitê de Riscos.

A política de hedge da Companhia é aprovada pelo seu Conselho de Administração, e leva em consideração seus dois principais fatores de risco: câmbio e boi gordo.

I. Política de hedge cambial

A política de hedge cambial visa proteger a Companhia das oscilações de moedas, dividida em dois segmentos:

i) Fluxo

As estratégias de hedge de fluxo são discutidas diariamente no Comitê de Mercados.

O hedge do fluxo tem como objetivo garantir o resultado operacional da Companhia e proteger o seu fluxo de moedas que não seja o Real, com horizonte de até um ano.

Para a realização desses hedges podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: operações de dólar futuro na BM&F, NDFs, captações em moeda estrangeira, opções e entrada de recursos em dólares.

ii) Balanço

O hedge de balanço é discutido mensalmente na reunião do conselho administrativo.

A política de hedge de balanço tem como objetivo proteger a Companhia de seu endividamento em moeda estrangeira de longo prazo.

A exposição de balanço é o fluxo de dívida em dólares norte-americanos com prazo maior que um ano.

Podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: retenção de caixa em dólares norte-americanos, recompra de bonds, NDFs, contratos futuros na BM&F, Swaps e opções.

II. Política de hedge de Boi

A política de hedge de boi tem como objetivo minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado da Companhia. A política se divide em dois tópicos:

i) Boi a Termo

Com o objetivo de garantir matéria-prima, principalmente para o período de entressafra bovina, a Companhia compra bois com entrega futura e utiliza a BM&F para venda de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

ii) Trava da Carne Vendida

Com o objetivo de garantir o custo da matéria-prima utilizada na produção de carne, a Companhia se utiliza da BM&F para compra de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina e travando a sua margem operacional obtida no ato da venda da carne.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

Quadro Demonstrativo das Posições em Derivativos

Os quadros demonstrativos das posições em instrumentos financeiros derivativos foram elaborados de forma a apresentar os contratados pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com a sua finalidade (proteção patrimonial e outras finalidades):

Proteção Patrimonial						
Descrição	/ mil	Valor justo em R\$ mil		Efeito acumulado em R\$ mil		
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	Valor a receber / (recebido)
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	247.750	-	991.588	410	26.811
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	-	1.504	49	226.494	2.224	-
Milho (sacas)	-	-	-	-	12	-
SOJ (sacas)	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	231.000	-	924.548	-	-
BGI (arrobas)	425	705	63.063	106.392	558	-
Milho (sacas)	32	-	1.128	-	141	-
Soja (sacas)	-	-	284	930	36	-
Contratos de Opções						
Posição titular - Compra	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	165	-	413	-	-	396
Posição titular - Venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	-	5	-	0	-	-
DI 1 DIA (R\$)	-	-	-	-	-	-
Posição lançadora - Compra	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	165	-	168	-	149	-
Posição lançadora - Venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	-	5	-	-	-	-
DI 1 DIA (R\$)	-	-	-	-	-	-
Contratos a termo						
Posição Comprada	-	-	-	-	-	-
NDF (dólar)	-	1.579.165	-	1.503.348	225	-
Posição Vendida	-	-	-	-	-	-
NDF (boi)	-	-	-	-	-	-
NDF (euro)	198.885	63.254	182.510	63.972	10.737	-
NDF (dólar)	989.829	474.987	1.033.239	510.640	42.096	-

Os valores referenciais são aqueles que representam o valor de base, ou seja, o valor de partida, contratação da operação, para cálculo das posições e do valor a mercado.

Os valores justos foram calculados da seguinte forma:

- **Contratos Futuros de venda de DOL:** Os contratos futuros de dólar negociados na BM&F possuem valor de US\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) por contrato de notional e ajuste diário, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em dólar pelo dólar de referência para o contrato divulgado pela BM&F;
- **Contratos Futuros de venda BGI:** Os contratos futuros de Boi Gordo negociados na BM&F possuem valor 330 arrobas, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em reais por arroba pelo valor de referência para o contrato divulgado pela BM&F;

- **Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Euro):** Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor nominal negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX EURO venda divulgada pelo Banco Central;
- **Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Dólar):** Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor nominal negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX 800, venda divulgada pelo Banco Central.

Os valores justos foram estimados na data de fechamento das demonstrações contábeis, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

A marcação a mercado das operações em aberto de balcão NDF, Swaps e Opções na BM&F – Bovespa está contabilizada em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nas rubricas “NDF a receber/pagar”, “Swap” e “Opções a receber” consecutivamente:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2016 Marcação a Mercado	31/12/2015 Marcação a Mercado
Opções	244	-
Swap	(3.953)	265.891
NDF (EUR+DOL+BOI)	192.443	(44.474)
Total geral	188.734	221.417

b. Riscos de Taxas de Câmbio e de Taxa de Juros

O risco de variação cambial e de taxa de juro sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira são administrados podem ser administrados através da utilização de instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsas, ou operações de balcão como swap, NDFs (Non Deliverable Forwards) e opções.

No quadro a seguir apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção e administração do risco da exposição cambial:

	Consolidado		
	31.12.2016		
	Nacional	Moedas Estrangeira	Total
Ativo			
Caixa	1.435	-	1.435
Bancos conta movimento	85.362	2.797.157	2.882.519
Aplicações financeiras	435.712	78.204	513.916
Contas a receber	380.511	293.472	673.983
Total do circulante	903.020	3.168.833	4.071.853
Total ativo	903.020	3.168.833	4.071.853

	Consolidado		
	31.12.2016		
	Moedas		
	Nacional	Estrangeira	Total
Passivo			
Financiamentos de curto prazo	420.496	1.006.034	1.426.530
Fornecedores	585.548	39.955	625.503
Total do circulante	1.006.044	1.045.989	2.052.033
Financiamentos de longo prazo	658.806	4.933.672	5.592.478
Total do não circulante	658.806	4.933.672	5.592.478
Total passivo	1.664.850	5.979.661	7.644.511
Dívida líquida financeira	761.830	2.810.828	3.572.658
Derivativos de proteção cambial - Posição Líquida	2.319	(193.624)	(191.305)
Posição cambial líquida	764.149	2.617.204	3.381.353

A posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:

Instrumentos financeiros (líquido)	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2016	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2015
Contratos futuros - DOL (Dólar)	-	67.040
Contratos de opções (Dólar, Boi, Milho e IDI)	244	-
Contratos de "Swaps"	(3.952)	265.891
NDF (dólar + EURO + boi)	(1.215.749)	928.736
Total líquido	(1.219.457)	1.261.667

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 e 2015 por valores aproximados aos de mercado, sendo apropriadas as respectivas receitas e despesas e estão apresentados nessas datas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Ressalta-se que os valores relativos aos pedidos de exportações (compromissos firmes de venda) referem-se a pedidos de clientes aprovados ainda não faturados (portanto não contabilizados), mas que já estão protegidos do risco da variação de moeda estrangeira (dólar ou outra moeda estrangeira) por instrumentos financeiros derivativos.

A seguir, estão listados os contratos de NDFs possuídos pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2016:

Tipo	Posição	Moeda	Vencimento	Nocional
NDF	VENDA	DOL	01/03/2017	(76.000)
NDF	VENDA	DOL	03/04/2017	(1.000)
NDF	VENDA	DOL	01/02/2017	(222.500)
NDF	VENDA	DOL	02/05/2017	(1.000)
NDF	VENDA	EUR	01/02/2017	(41.000)

Riscos de Créditos

A Companhia é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizado pela com a pulverização da carteira de clientes, dado que a Companhia não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais.

c. Riscos de Preços na Compra de Gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, confinamento de gado e celebração de contratos de liquidação futura (balcão e bolsa), que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços:

Mercado Balcão	Valor Justo 31/12/2016
Contrato a Termo Comprado	
Valor Nocial (@)	299.144
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	152
Total R\$/1000	45.470
Mercado BM&F	Valor Justo 31/12/2016
Contrato Futuro Vendido	
Valor Nocial (@)	31.680
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	152
Total R\$/1000	4.815

d. Quadro demonstrativo de sensibilidade de caixa

Os quadros demonstrativos de análise de sensibilidade têm por finalidade divulgar de forma segregada os instrumentos financeiros derivativos que, na avaliação da Companhia, têm o objetivo de proteção de exposição a riscos. Esses instrumentos financeiros são agrupados conforme o fator de risco que se propõem a proteger (risco de preço, taxa de câmbio, crédito, etc.).

Os cenários foram calculados com as seguintes premissas:

- Movimento de alta: caracteriza elevação nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2016;
- Movimento de baixa caracteriza queda nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2016;
- Cenário provável: impacto de 6%; Cenário de oscilação de 25%; e Cenário de oscilação de 50%.

Os quadros demonstrativos de sensibilidade de caixa foram elaborados em atendimento à Deliberação CVM nº 475/08, levando em consideração apenas e tão somente as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa:

Operação	Movimento	Risco	Cenário Provável Oscilação de 6%	Cenário Possível Oscilação de 25%	Cenário Remoto Oscilação de 50%
Derivativos Hedge	Alta	Boi	(4.034)	(16.025)	(31.803)
Gado	Alta	Boi	2.729	11.370	22.739
Net			(1.305)	(4.656)	(9.064)
Derivativos Hedge	Alta	Dólar	(61.994)	(258.310)	(516.620)
Invoices + Caixa - em \$US	Alta	Dólar	15.656	65.233	130.466
Net			(46.338)	(193.077)	(386.153)
Derivativos Hedge	Alta	Euro	(8.017)	(33.406)	(66.812)
Invoices - em \$EUR	Alta	Euro	6.440	26.835	53.669
Net			(1.577)	(6.571)	(13.142)
Derivativos Hedge	Alta	Dólar	29.075	121.147	242.295
Captações em \$US	Alta	Dólar	(272.121)	(1.133.838)	(2.267.676)
Net			(243.046)	(1.012.691)	(2.025.382)
Swap de ações	Baixa	Ações	(4.776)	(19.899)	(39.797)
Net			(4.776)	(19.899)	(39.797)

Taxa de cambio USD 3,2591 – Ptax de venda (Fonte Banco Central)

Taxa de cambio EUR 3,4384 – Ptax de venda (Fonte Banco Central)

Resultado do quadro de proteção patrimonial

- **Derivativos Hedge x Gado:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$1.305, já no cenário com oscilação de 25% , de R\$4.656 e na oscilação de 50%, uma perda de R\$9.064;
- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em US\$:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$46.338, já no cenário com oscilação de 25% de R\$193.077 e na oscilação de 50% de R\$386.153;
- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em EUR:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$1.577, já no cenário com oscilação de 25% de R\$6.571 e na oscilação de 50% de R\$13.142.
- **Derivativos Hedge:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$243.046, já no cenário com oscilação de 25% de R\$1.012.691 e na oscilação de 50% de R\$2.025.382.
- **Swap de ações:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$4.776, já no cenário com oscilação de 25% de R\$19.899 e na oscilação de 50% de R\$39.797.

e. Margem de Garantia

Nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia, sendo que para a cobertura das chamadas de margem a Companhia utiliza títulos de renda fixa públicos e privados, como CDBs, pertencentes à sua carteira, dessa forma mitigando impactos em seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores depositados em margem representavam R\$ 85.772.

f. Contrato de swap de ações

Em reunião realizada em 14 de março de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, junto ao Credit Suisse próprio Fundo de Investimento Multimercado (Credit Suisse), de contratos de troca de resultados de fluxos financeiro futuros (swaps).

29. Demonstrações dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Resultado do período	194.870	(800.712)	195.035	(799.955)
Ajuste de avaliação patrimonial	57.757	(182.952)	57.753	(183.133)
Total do resultado abrangente	252.627	(983.664)	252.788	(983.088)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	252.627	(983.664)	252.627	(983.664)
Acionistas não controladores	-	-	161	576
Resultado abrangente total	252.627	(983.664)	252.788	(983.088)

30. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim demonstradas:

	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	573.095
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	606.025
Veículos e aeronaves	Incêndio e riscos diversos	74.322
Responsabilidade civil	Riscos nas operações	20.000
		1.273.442

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possui seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.

31. Eventos subsequentes

Recompra antecipada Bonds 2022

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia exerceu a opção de compra antecipada de seus títulos representativos da dívida que incidia juros anuais de 12,250% e com vencimento previsto para 2022 ("Notes 2022"). O valor total desta dívida era de US\$ 105.508. O preço pago foi de 106,125% do valor de face, acrescido dos juros acruados e ainda não pagos naquela data.

* * *